

Prefeitura de Catanduvas (SC)  
Estado de Santa Catarina

*Catanduvas*



*Capital Catarinense  
do Chimarrão*

**RELATÓRIO DE GESTÃO  
PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GESTÃO  
EXERCÍCIO 2018**

**ANEXO V**  
**Prestação de Contas de Gestão**  
**IN 20/2015 – Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina**

**UNIDADE GESTORA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS**  
**GESTORA: ELY TEREZINHA MAGNABOSCO MOTERLE**

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

**CONSIDERANDO** o disposto no artigo 58, Parágrafo Único da Constituição do Estado de Santa Catarina que estabelece a obrigação de prestar contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos;

**CONSIDERANDO** o disposto nos artigos 48, parágrafo único, e 48-A da Lei Complementar n. 101/2000, de 04 de maio de 2000, com redação dada pela Lei Complementar n. 131/2009, de 27 de maio de 2009, sobre a transparência da Administração Pública, e a Lei n. 12.527/2011, de 18 de novembro de 2011, que regulamenta o direito de acesso à informação previsto na Constituição Federal de 1988, inciso XXXIII do artigo 5º, no artigo 37, §3º, inciso II, e no artigo 216, §2º;

**CONSIDERANDO** a Instrução Normativa N° TC-0020/2015, que estabelece critérios para organização e apresentação da prestação de contas anual, normas relativas à remessa de dados, informações e demonstrativos por meio eletrônico e dá outras providências;

**CONSIDERANDO** os princípios aplicáveis ao controle exercido no âmbito da Administração Pública pelos órgãos constitucionais de controle externo, como a racionalização do exame, apreciação e julgamento das prestações de contas, mediante critérios de seletividade, materialidade, risco, relevância, oportunidade e temporalidade;

**CONSIDERANDO** que o artigo 14, da Instrução Normativa n. 20, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina dispõe que:

“O relatório de gestão deve demonstrar a execução da programação orçamentária e o cumprimento das metas físicas da unidade jurisdicionada, avaliar os resultados da atuação da respectiva unidade no cumprimento das suas finalidades institucionais durante um exercício financeiro”.

A unidade gestora **Fundo Municipal de Saúde de Catanduvas**, por sua gestora responsável (Ely Terezinha Magnabosco Moterle), apresenta o relatório de gestão, conforme anexo V, da Instrução Normativa TC 0020/2015.

## ANEXO V

### PRESTAÇÃO ANUAL DE CONTAS DE GESTÃO RELATÓRIO DE GESTÃO (Art. 9º, 14, § 1º)

#### I - INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE A UNIDADE E RESPECTIVOS RESPONSÁVEIS:

##### a) Informações Gerais:

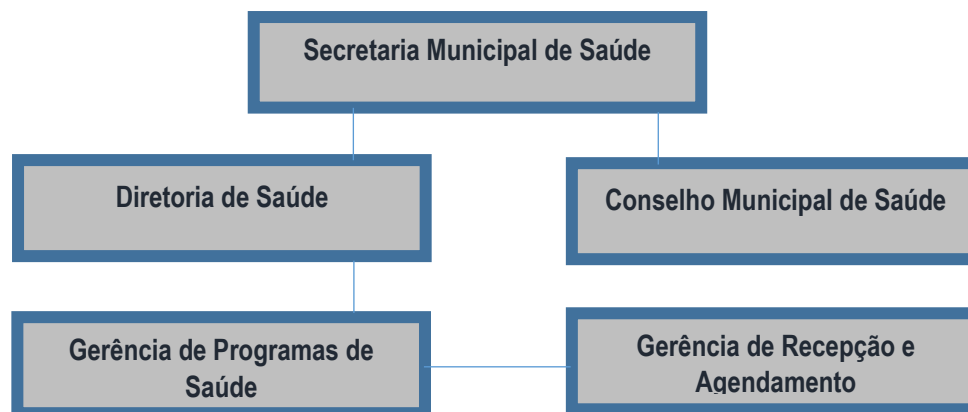
<b>Entidade:</b>	<b>Fundo Municipal de Saúde de Catanduvas</b>
<b>CNPJ:</b>	10.391.817/0001-91
<b>Endereço:</b>	Rua Duque de Caxias, n. 275 - Centro
<b>Telefone:</b>	(49) 3525 6500
<b>E-mail:</b>	secsaude@catanduvas.sc.gov.br

##### b) Rol dos Responsáveis:

Responsáveis	Nome	CPF	Cargo Função	Período de gestão	Ato Nomeação e data	Ato Exoneração e data	Endereço Residencial	E-mail
<b>Prefeito</b>	Dorival Ribeiro dos Santos	195.397.549-68	Prefeito	01/01/2017 a 31/12/2020	Ata de Posse n. 62/2017 de 1º de Janeiro de 2017.	Término do Mandato em 31.12.2020	Rua Almirante Tamandaré – n. 2716 - Centro de Catanduvas (SC)	prefeito@catanduvas.s c.gov.br
<b>Secretária de Saúde</b>	Vanessa Cristine Funez	774.339.049-72	Secretária de Saúde	01/01/2018 a 01/07/2018	Portaria 7.349/2017	Portaria 7.589/2018	Rua Dr. Maruri – n. 480 Centro de Concórdia (SC)	secsaude@catanduvas .sc.gov.br
<b>Secretária de Saúde</b>	Ely Terezinha Magnabosco Moterle	593.462.059-20	Secretária de Saúde	01/07/2018 a 31/12/2018	Portaria 7.571/2018	-	Avenida Duque de Caxias, n. 275 – Centro de Catanduvas (SC)	secsaude@catanduvas .sc.gov.br

**c) Estrutura organizacional, incluindo conselhos, quando existentes:**

A unidade gestora utiliza dos serviços operacionais da unidade Prefeitura de Catanduvas.



**d) Competências institucionais, indicando as normas legais e regulamentares correspondentes:**

Competências Institucionais: Secretaria Municipal de Saúde compete, entre outras, a execução da política, ações e serviços de saúde, de forma universalizada e igualitária, cumprir a legislação vigente e pertinente, de modo especial a Emenda Constitucional nº 29; coordenar e superintender as ações, atividades e serviços disponibilizados a população junto às unidades de saúde, acompanhar os prestadores conveniados com o SUS - Sistema Único de Saúde conforme Prefeito (a) Secretário(a) de Saúde/Gestor Conselho Municipal de Saúde Vice Prefeito(a) Assessor(a) Jurídica Assessor(a) Contábil Assessor(a) Controle Interno Operacional Diretores (as) Coordenadores/Gerentes pactuação do município, coordenar as atividades e executar as deliberações do Conselho Municipal de Saúde; definir diretrizes e cumprir metas, executando prioridades; priorizar programas de saneamento básico e ações de saúde preventiva; executar, no âmbito municipal, a política de vigilância sanitária, promover, participar e executar programas e campanhas de saúde pública; supervisionar e fiscalizar a execução dos serviços técnico-profissionais contratados na área da saúde; cumprir e executar as determinações contidas na legislação de saúde, especialmente da vigilância sanitária e das normas emanadas pelo Ministério da Saúde, pela Secretaria de Estado da Saúde e pelas entidades a eles subordinadas.

Lei n. 16 de 17 de dezembro de 2001, alterada pela Lei Complementar n. 120, de 17 de novembro de 2015.

## **II - INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA UNIDADE:**

### **a) Programas de governos sob a responsabilidade da unidade jurisdicionada:**

#### **1 e 2- Planejamento e Execução dos programas de Governo sob a responsabilidade da Unidade**

Facultado pelo Tribunal de Contas por meio da Portaria nº TC-0537-2018.

#### **3- Contingenciamento de despesas no exercício:**

Não houve contingenciamento de despesas no exercício financeiro.

#### **4- Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos:**

Não houve reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos.

#### **5- As razões e/ou circunstâncias para permanência de Restos a Pagar processados e não processados por mais de um exercício financeiro:**

Não há.

## **III – INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DE PESSOAS E TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA:**

**a) Quadro de pessoal, informando a quantidade de agentes públicos (agentes políticos, servidores e militares) ocupantes de cargos efetivos, comissionados, empregos públicos, contratados por tempo determinado (Art. 37, IX, CF), conselheiros tutelares e estagiários, discriminando os comissionados que são titulares de cargo efetivo ou emprego público, bem como os valores consolidados na folha de pagamento, mês a mês.**

Facultado pelo Tribunal de Contas por meio da Portaria nº TC-0537-2018.

**b) Demonstrativo da quantidade de pessoas executando trabalhos na unidade jurisdicionada por meio de contratos de terceirização de serviços, contendo o posto de trabalho ocupado, bem como as despesas totais das contratações, mês a mês:**

Facultado pelo Tribunal de Contas por meio da Portaria nº TC-0537-2018.

**c) Demonstrativo dos benefícios previdenciários, informando a quantidade de agentes públicos (agentes políticos, servidores e militares) inativos/aposentados, de pensionistas e de complementações de aposentadoria ou pensão ao valor percebido do Regime Geral da Previdência Social, pagos pelo tesouro, contendo os valores consolidados na folha de pagamento, mês a mês:**

Facultado pelo Tribunal de Contas por meio da Portaria nº TC-0537-2018.

**d) Discriminação da remuneração mensal e anual paga aos membros de diretoria, de conselho de administração e de conselho fiscal, incluindo bônus, participação em lucros e a qualquer outro título:**

Facultado pelo Tribunal de Contas por meio da Portaria nº TC-0537-2018.

#### **IV - INFORMAÇÕES SOBRE TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS MEDIANTE CONVÊNIO, TERMO DE PARCERIA, TERMO DE COOPERAÇÃO OU INSTRUMENTO CONGÊNERE, DISCRIMINANDO VOLUME DE RECURSOS TRANSFERIDOS E RESPECTIVOS BENEFICIÁRIOS.**

Não houve transferência de recursos mediante convênio, termo de parceria, termo de cooperação ou instrumento congênere.

#### **V – INFORMAÇÕES SOBRE LICITAÇÕES E CONTRATOS:**

**a) Informação sobre os valores anuais das despesas realizadas referentes a aquisições e contratações de bens e serviços, por modalidade de licitação, bem como as decorrentes de dispensas e inexigibilidades de licitação:**

Facultado pelo Tribunal de Contas por meio da Portaria nº TC-0537-2018.

**b) Indicação do órgão de imprensa oficial, nos termos do art. 6º, XIII, da Lei nº 8.666/1993:**

**VI - INFORMAÇÕES SOBRE AS RECOMENDAÇÕES EXPEDIDAS PELO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO E AS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS (OU NÃO) NO EXERCÍCIO, DEMONSTRANDO:**

**a) Recomendações expedidas e providências adotadas:**

Recomendações Atendidas				
Recomendações	Providência Sugerida	Setor Responsável	Providências adotadas	Resultados obtidos
Recomendações e Orientações: Contratos e seus Aditivos	Verificação da Possibilidade ou não da Adição de Contratos	Setor de Compras e Secretário	Verificação da possibilidade jurídica da adição de contratos, conveniência e benefício ao erário.	Redução dos pedidos de aditivos e maiores solicitações de licitação.
Fiscalização do controle de ponto dos servidores.	Direcionamento das comunicações por um único servidor mediante ciência do Gestor.	Diretoria de Assistência Social	Encaminhamento das informações conforme requerido.	Encaminhamento dos atestados no prazo indicado pelo setor de Recursos Humanos.
Verificação e melhor descrição dos termos de referência.	Descrição qualificada dos itens a serem licitados.	Diretoria de Assistência Social.	Adoção de medidas para melhor descrever os produtos licitados.	Aquisição de produtos de qualidade.
Participação de técnicos da secretaria em licitações de medicamentos e materiais específicos de saúde.	Indicação de profissional/servidor por área	Secretaria Municipal de Saúde	Solicitação da farmacêutica nas licitações de medicamentos e da servidora responsável pelo hospital nos certames de materiais.	Aquisição de materiais que atendem as especificações pretendidas.

**c) Recomendações pendentes:**

Não há recomendações pendentes.

**VII - ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES RELACIONADAS A CONTRATO DE GESTÃO VIGENTE NO EXERCÍCIO (EXIGÍVEIS SOMENTE PARA OS ÓRGÃOS ENCARREGADOS DA SUPERVISÃO DESTES CONTRATOS, NO ÂMBITO DO ESTADO E DOS MUNICÍPIOS):**

Não há contratos de gestão na Unidade Gestora.

**VIII - AVALIAÇÃO DOS TERMOS DE PARCERIA CELEBRADOS PELA UNIDADE JURISDICIONADA (EXIGÍVEL SOMENTE PARA AS UNIDADES JURISDICIONADAS QUE FIRMARAM TERMO DE PARCERIA)**

Não foram efetuados termos de parceria pela Unidade Gestora.



## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Em atendimento a Instrução Normativa n. 0020/2015, encaminhamos o relatório de gestão da Unidade Gestora Fundo Municipal de Saúde de Catanduvas.

**Ely Terezinha Magnaboco Moterle**  
**Secretária de Saúde - Gestora**  
Protocolado/Assinado Eletronicamente

Catanduvas, 28 de fevereiro de 2019.